

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2010

Senhores Acionistas,

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, atualmente sediada no Setor Comercial Sul-SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília-DF – CEP 70308-200 (Edifício denominado Parque Cidade Corporate – Torre B), com o endereço eletrônico na Internet www.telebras.com.br - inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001-04, é uma empresa de economia mista de capital aberto vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1/07/1972.

A TELEBRÁS rege-se pela Lei 6.404/76 e por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

A exemplo de exercícios anteriores, a TELEBRÁS deu continuidade à execução das ações essenciais ao seu funcionamento, e, a partir da publicação do Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010, que instituiu o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, deu-se início a sua reestruturação organizacional, para a implantação do PNBL.

Conforme disposto no Decreto nº 7.175/2010, cabe à Empresa: (i) implementar a rede privada de comunicação da Administração Pública Federal; (ii) prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público; (iii) prover infra-estrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e (iv) prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

No intuito de oferecer mais transparência aos acionistas e aos demais interessados, relata-se, a seguir, com destaque pela sua relevância, os assuntos associados à Empresa conduzidos no exercício de 2010.

1 - ATIVIDADES DA EMPRESA

Superado o cenário de privatização em virtude da publicação do Decreto 7.175/2010, a Empresa reiniciou suas atividades de forma reavivada com a finalidade de implantação do Plano Nacional de Banda Larga.

Em 31/12/2010, a União detém diretamente, como acionista majoritária da Empresa, 89,88% das ações ordinárias com direito a voto e 72,67% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 74,58% do capital.

Na Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada no dia 03/08/2010, foi aprovada a reforma do Estatuto Social, para efetuar a reestruturação organizacional da Empresa, visando ao cumprimento das metas estabelecidas no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

A Empresa exerce todas as atividades institucionais como ente integrante da Administração Pública Federal, responde pelo seu contencioso judicial e mantém, em seu quadro funcional, empregados cedidos com ônus para a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Presidência da República, Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério dos Transportes. Cumpre, ainda, com todas as obrigações perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em função de seus mais de dois milhões de acionistas existentes em 2010.

2 – FINANÇAS

• Estrutura patrimonial e financeira

A Empresa encerrou o exercício de 2010 com um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 22,3 milhões, decorrente principalmente da apropriação de despesas administrativas necessárias ao seu funcionamento e a sua reestruturação para a implantação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, bem como de provisões e encargos financeiros referentes a contingências judiciais, o que repete situação de anos anteriores, conforme quadro abaixo, uma vez que, desde o início do processo de privatização pelo qual passou, não gerou Receitas Operacionais.

Rubricas	EXERCÍCIOS											
	2010			2009			2008			2007		
	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%	
Ativo circulante	321,0	71,8	7	300,0	69,2	2,3	293,2	69,2	189,2	101,4	44,1	
Ativo não circulante	126,2	28,2	(5,2)	133,1	30,8	1,8	130,7	30,8	1,7	128,5	55,9	
Realizável a Longo Prazo	122,2	27,3	(8,1)	132,9	30,7	1,9	130,4	30,7	1,7	128,2	55,8	
Imobilizado/Intangível	4,0	0,9	1.900,0	0,2	0,1	(33,3)	0,3	0,1	-	0,3	0,1	
TOTAL DO ATIVO	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0	2,2	423,9	100,0	84,4	229,9	100	
Passivo circulante	93,1	20,8	(0,2)	93,3	21,5	(2,8)	96,0	22,6	14,6	83,8	36,5	
Passivo não circulante	376,4	84,2	7,8	349,3	80,7	7,8	324,1	76,5	4,6	309,7	134,7	
TOTAL DO PASSIVO	469,5	105,0	6,1	442,6	102,2	5,4	420,1	99,1	6,8	393,5	171,2	
Patrimônio líquido	(22,3)	(5)	134,7	(9,5)	(2,2)	(350)	3,8	0,9	102,3	(163,6)	(71,2)	
Total do passivo + Patrimônio líquido	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0	2,2	423,9	100,0	84,4	229,9	100,0	

Tais dados refletem o resultado da ação da Administração em preservar a integridade do patrimônio da TELEBRÁS ao longo do tempo, sem deixar de adotar medidas necessárias recomendadas pelos princípios da boa gestão, especialmente adotando postura conservadora ao promover o adequado provisionamento quanto às ações judiciais avaliadas com risco de perda provável, sem deixar de comentar, em notas explicativas, as ações judiciais avaliadas com risco de perda provável.

• Estrutura econômica

Rubricas	EXERCÍCIOS			
	2010	2009	2008	2007
Receitas	59,1	31,9	17,2	18,6
Despesas	(72,9)	(52,5)	(49,0)	(42,8)
Resultado	(13,8)	(20,6)	(31,8)	(24,2)

Com relação ao resultado econômico do exercício, destaca-se na apuração do Prejuízo no valor de R\$ 13,8 milhões, menor que os apurados nos 3 últimos anos, a recuperação de parte da provisão constituída a partir de setembro/1998, quando iniciou-se o processo de privatização do Sistema TELEBRÁS, relativa ao Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, no valor de R\$ 27,1 milhões, tendo em vista as opções formalizadas pelos empregados, em 15/12/2010, pela continuidade da relação de emprego, face à extinção do referido Programa em abril/2011. Contribuiu também significativamente para o resultado o acréscimo das despesas de provisão relacionadas às contingências judiciais da Empresa, no valor de R\$ 17,3 milhões. Há ainda que se considerar o incremento da Folha de Pagamentos e seus Encargos Sociais, em decorrência do retorno de pessoal próprio cedido pela TELEBRÁS e da contratação de pessoal por "ad-nutum".

As receitas obtidas pela TELEBRÁS com as aplicações financeiras, por enquanto, até que se iniciem suas operações, constitui única fonte de recursos da Empresa após a cisão ocorrida em 22/05/1998, e têm sido suficientes para a manutenção de seu funcionamento.

Em decorrência da permanência de prejuízos acumulados, não foram feitas provisões para pagamento de dividendos aos acionistas e participação nos lucros aos empregados.

As demonstrações contábeis do exercício, assim como suas respectivas notas explicativas e pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal são partes integrantes deste relatório.

• Execução orçamentária

Os esforços nesta atividade foram dirigidos ao gerenciamento dos recursos disponíveis e a realizar. Dentro deste contexto, mereceu especial atenção a gestão do orçamento controlado pelo Governo através do Programa de Dispêndios Globais – PDG/2010, aprovado pelo Decreto nº 6.997, de 04/11/2009, alterado pelo Decreto nº 7.417, de 30/12/2010, que aprovou sua reprogramação. Conforme sintetizado na planilha abaixo, sua execução foi a contento, levando em consideração os limites autorizados e que sua reprogramação não foi aprovada em tempo hábil.

FONTES E USOS	PDG REALIZADO			PDG APROVADO			REALIZAÇÃO %		
	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%
FONTE DE RECURSOS	59,1			329,9			17,9		
Receitas	59,1			29,9			197,3		
Recursos para Aumento de Capital	-			300,0			-		
USO DE RECURSOS	76,8			389,6			19,7		
Dispêndios Correntes	72,9			72,7			100,3		
Dispêndios de Capital	3,9			316,9			1,2		

Os valores aprovados para Recursos para Aumento de Capital e Dispêndios de Capital indicados neste Relatório divergem dos registrados no Sistema de Informação das Empresas Estatais – SIEST, tendo em vista seus ajustes, para conformidade com os tetos aprovados pela MP nº 515, de 28/12/2010, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União – DOU, de 28/12/2010, relativamente à Ação 24.722.1008.12OF.0001 – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga e ao aporte de recursos pela União, para o aumento do Capital Social da Empresa, os quais sofreram um corte de R\$300,0 milhões.

O Orçamento de Investimento – OI da TELEBRÁS inicialmente aprovado para o exercício pela Lei Orçamentária Anual nº 12.214, de 26/01/2010, previa a realização de investimentos no Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 0,4 milhões, apenas na ação 24.126.807.4103.0053 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Posteriormente, tendo em vista a reestruturação inicial da TELEBRÁS, foi encaminhada nova proposta orçamentária, por meio de abertura de Crédito Adicional, para a suplementação da dotação da referida Ação 24.126.807.4103.0053 e a inclusão de novas ações: 24.122.807.4101.0053 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, 24.122.807.4102.0053 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos e 24.722.1008.12OF.0001 – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga, o que culminou com sua aprovação parcial pela Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010, haja vista o corte pela metade das dotações propostas para a ação 24.722.1008.12OF.0001 e o aporte de Capital da União.

RECURSOS ATRIBUÍDOS PELA MP 515/2010 – R\$ milhões

Ações	OI Aprovado	OI Realizado	% Realização
4101	11,2	0,5	4,5
4102	1,8	1,4	77,8
4103	3,9	1,9	48,7
12OF	300,0	0,0	0,0

Fonte: SIEST

Conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, publicado em Edição Extra do DOU de 28/01/2011, o saldo remanescente de R\$ 313,0 milhões do Crédito Extraordinário aprovado para a TELEBRÁS pela MP nº 515/2010 não realizado foi reaberto, para sua incorporação aos saldos aprovados para o Orçamento de Investimento do exercício de 2011.

• Recuperação de impostos

A TELEBRÁS possui tributos a recuperar da Receita Federal, no montante de R\$ 138,8 milhões em 31/12/2010, relativos a saldos de pedidos efetuados e a efetuar, referentes à restituição/compensação, conforme Nota Explicativa nº 5. Após várias gestões administrativas junto à Receita Federal do Brasil visando a agilização, homologação e recuperação dos mencionados tributos, a TELEBRÁS ingressou judicialmente em 07/06/2005, em desfavor da Fazenda Nacional, com ações de Restituição de Indébito relativos, na sua maioria, a saldos dos pedidos já efetuados. O ingresso na justiça teve o intuito de efetuar a transferência de seu objeto do âmbito administrativo para via judicial, em razão da entrada em vigor da Lei Complementar nº 118, de 09/02/2005, que estabelece novas regras para a extinção de crédito tributário.

• Recursos para Aumento de Capital

Em função do que consta no Anexo I da Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010, a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$300 milhões, destinado à TELEBRÁS, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, cujo valor será incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011, conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, para futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO, acrescido do saldo remanescente da capitalização anterior citado na Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras de nº 13.

3 - MERCADO

Durante o exercício de 2010, a TELEBRÁS apresentou ao mercado informações e esclarecimentos sobre sua situação operacional, patrimonial e desempenho econômico-financeiro, a fim de possibilitar aos seus acionistas a avaliação e acompanhamento sistemático de seus interesses, em conformidade com a Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários da TELEBRÁS.

• Ações TELEBRÁS ON e PN

As ações ordinárias nominativas - ON e preferenciais nominativas - PN de emissão da TELEBRÁS vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. Em 2010, foi registrado no mercado a vista um total de 982.952 negócios, envolvendo uma quantidade de 6,1 trilhões de ações e volume de recursos de R\$ 11,3 bilhões. O preço médio durante 2010 foi de aproximadamente R\$ 1,70 (hum real e setenta centavos) por lote de mil ações ON e de R\$ 1,58 (hum real e cinquenta e oito centavos) por lote de mil ações PN. A custódia das ações escriturais ON e PN da TELEBRÁS migraram em 12/05/2010 do Banco Real S.A. (Santander Brasil S.A.) para o Banco Bradesco S.A.

Visando dar maior visibilidade e atratividade às ações da TELEBRÁS, foi aprovado pela 91ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31/12/2010 o grupamento de ações, na proporcionalidade de 10.000(dez mil) para 1 (uma) ação. A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da TELEBRÁS passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária.

4 – JURÍDICO

I – Situações Institucionais

As atividades jurídicas de interesse da TELEBRÁS compreendidas nas atribuições estatutárias da Gerência Jurídica foram desenvolvidas em duas situações institucionais distintas durante o ano de 2010:

Provável Liquidação. De janeiro a junho de 2010, as atividades jurídicas foram desenvolvidas com uma orientação estratégica aderente à situação de liquidação em que se encontrava a Empresa, que se manteve neste período como estrutura vinculada ao Ministério das Comunicações, com gradual redução em sua dinâmica empresarial, dada a provável dissolução; e

Reativação. A partir de junho de 2010, as atividades jurídicas passaram a ser desenvolvidas sob uma orientação estratégica aderente à reativação da TELEBRÁS, nos termos do Decreto 7.175/2010.

Como consequência da situação institucional decorrente das novas atribuições recebidas pela TELEBRÁS, a atuação da Gerência Jurídica se expandiu, pois acresceu a suas atribuições relacionadas com o contencioso judicial a atividade consultiva dos novos negócios, especialmente quanto aos Pregões destinados à implantação da Banda Larga e à defesa da Telebrás nas impugnações, denúncias, ações judiciais e representações contra o PNBL nos diversos tribunais e instâncias administrativas.

A estrutura do Jurídico foi adequada à dinâmica empresarial decorrente das atribuições recebidas pela TELEBRÁS no âmbito do Decreto 7.175, de 12 de maio de 2010 e a implantação, no que diz respeito às demandas judiciais, de um modelo de gestão que minimize perdas e maximize ganhos econômicos e políticos.

II – Ações Judiciais

No acompanhamento das ações judiciais da TELEBRÁS, seus registros são efetuados em Sistema próprio denominado SAAJ, que segue, dentre outros, e com mais cautela o critério de RISCO DE PERDA e as distribui em três categorias: perda provável (provisionamento de recursos financeiros preventivo), perda possível (sem o provisionamento de recursos financeiros preventivo), perda remota (sem o provisionamento de recursos financeiros preventivo).

O contencioso judicial revela que, em dezembro de 2010, há 122 ações judiciais com risco de perda provável, cujos valores de causa foram provisionados no montante líquido de R\$ 273,6 milhões. O contencioso judicial encontra-se demonstrado nos números constantes do quadro abaixo:

AÇÕES JUDICIAIS - TELEBRÁS RÉ

R\$ milhões

ACÕES	2010		2009		
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Cíveis	Provável	40	261,8	36	234,5
	Possível	482	11,7	286	11,1
	Remota	676	5,3	618	5,2
Trabalhistas	Provável	80	10,7	116	11,1
	Possível	24	1,5	51	2,8
	Remota	66	0,6	76	2,6
Tributárias	Provável	2	15,5	2	1,1
	Possível	3	0,9	4	15,9
	Remota	1	0,0	-	0,0
TOTAIS	1.374	308,0	1.189	284,3	

O contencioso judicial da Empresa merece atenção especial, o que vem sendo feito por meio do acompanhamento permanente e a avaliação sistêmica dos processos, conforme consta da Nota Explicativa nº 12, bem como pela adoção temporária de providências exigidas no âmbito processual e administrativo, de forma qualificada com a contratação dos novos profissionais da área.

A TELEBRÁS responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária perante diversos tribunais. Em 31/12/2010 figura como ré em 1.374 ações, sendo 170 trabalhistas, 1.198 cíveis e 6 ações tributárias. Além disso, a TELEBRÁS é autora em 36 ações, perfazendo um total de 1.410 processos judiciais.

5 - RECURSOS HUMANOS

• Quadro de pessoal

Merece destaque o fato de que o quadro efetivo da TELEBRÁS, em exercício na empresa, teve um acréscimo de 67 empregados, que estavam cedidos para a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Ministério das Comunicações e Sintel/DF e que retornaram à origem, muito embora houve o desligamento de 6 empregados por adesão ao PISP – Programa de Indenização por Serviços Prestados.

Durante o ano de 2010, houve um aumento de 54 profissionais designados exclusivamente para o exercício de função de confiança com característica de demissibilidade *ad nutum*.

O quadro a seguir demonstra a evolução do quantitativo de pessoal da empresa desde a cisão parcial da TELEBRÁS.

POSIÇÃO	EFETIVO TOTAL	TELEBRÁS SEDE	CEDIDOS A ANATEL & OUTROS	REDUÇÃO % Em relação a jul/98
31/07/1998	1.093	433	660	0,00
31/12/1998	713	118	595	34,77
31/12/1999	566	57	509	48,22
31/12/2000	372	13	359	65,96
31/12/2001	364	9	355	66,70
31/12/2002	376	21	355	65,60
31/12/2003	336	10	326	69,26
31/12/2004	317	12	305	71,00
31/12/2005	287	9	278	73,74
31/12/2006	263	8	255	75,94
31/12/2007	245	6	239	77,58
31/12/2008	231	4	227	78,87
31/12/2009	227	4	223	79,23
31/12/2010	276	127	149	74,74

• Acordo coletivo

O Acordo Coletivo de Trabalho com o SINTTEL-DF, relativo ao período de 01/12/2009 a 30/11/2010 foi celebrado em 20/01/2011, e o relativo ao período de 01/12/2010 a 30/11/2011 encontra-se em processo de negociação.

• Fundação Sistel de Seguridade Social

Conforme as características individuais mencionadas na Nota Explicativa nº 20 às Demonstrações Contábeis, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos: PBS-A, PBS – TELEBRÁS, PAMA e TELEBRÁSPREV.

6 - LOGÍSTICA E CONVÊNIOS

A Gerência de Logística e Convênios está se reestruturando, com o objetivo de prover satisfatoriamente as demais áreas da Empresa com todos os recursos necessários ao desempenho de suas atribuições. Nesse sentido, algumas ações estão sendo implementadas, tais como a organização e distribuição das atividades com foco no perfil dos empregados, considerando também o seu quantitativo funcional.

O Programa de Capacitação desses empregados para a utilização do Portal Comprasnet, com enfoque no Sistema de Pregão Eletrônico, incluindo ainda a Legislação pertinente, está voltado à formação de progeiros, utilizando, como instrutores, empregados do próprio quadro da Empresa, ou seja, sem qualquer custo financeiro.

Dentre as ações desenvolvidas no exercício de 2010, cumpre relatar aquelas relacionadas à obtenção da nova infraestrutura necessária aos objetivos da Empresa:

- Locação do 3º andar do Bloco B do Edifício Parque Cidade Corporate, situado no SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – CEP 70.308-200 – Brasília – DF, para abrigar a nova Sede da TELEBRÁS;
- Negociações para locação do 4º Andar do mesmo endereço da nova Sede, para ampliação e instalação do núcleo operacional;
- Contratações de materiais e serviços para adequação da Infraestrutura Física (civil e elétrica), bem como da Lógica;
- Aquisição de No-break de 160 KW para garantia da funcionalidade dos equipamentos;
- Contratação de Solução envolvendo projeto do layout físico, com aquisição das estações de trabalho (mesas dos colaboradores com respectivas divisórias), gaveteiros, armários, mesas de reunião, cadeiras;
- Aquisição de divisórias;
- Aquisição de 200 computadores (desktops) para o trabalho diário dos colaboradores;
- Aquisição de 25 estações de trabalho móveis (notebooks);
- Locação de 10 impressoras;
- Contratação de Central Telefonica Digital;
- Contratação de Operadora de Serviços de Telefonia Fixa, sendo contratada a empresa Intelig Telecomunicações Ltda.

Foram efetivadas ainda várias outras contratações mais usuais, de menor valor financeiro, mas igualmente necessários ao bom andamento dos trabalhos de reestruturação da TELEBRÁS e ao seu reaparelhamento funcional e operacional.

7 - COMERCIAL

Foram iniciadas as atividades de estruturação da área comercial, com o desenvolvimento de atividades internas para a criação e implantação de métodos, procedimentos, ferramentas computacionais e documentos que permitam seu pleno funcionamento e o estabelecimento de regras legais para balizar suas ações

valores obtidos no menor lance inicial.

Pregão	Descrição	Data de Abertura	Valor Final ou Melhor Lance
02/2010	Infraestrutura	25/10/10	R\$ 473,2 milhões
03/2010	DWDM	27/10/10	R\$ 63,1 milhões
05/2010	Rede IP – Core	25/11/10	R\$ 60,6 milhões
06/2010	Rede IP – Borda	24/11/10	R\$ 110,2 milhões
07/2010	Rede IP – Sistemas Auxiliares	26/11/10	R\$ 191,5 milhões
08/2010	Rádio Enlaces	01/12/10	R\$ 709,7 milhões
TOTAL			R\$ 1.608,3 milhões

A tabela abaixo indica as primeiras contratações já realizadas, cujos itens não foram ainda faturados.

Pregão	Descrição	Primeira Contratação	Valor do Contrato
02/2010	Infraestrutura	24/11/10	R\$ 62,9 milhões
03/2010	DWDM	12/11/10	R\$ 17,5 milhões
TOTAL			R\$ 80,4 milhões

Implantação

Para a implantação, estão sendo elaborados os cronogramas de atividades e processos para o cumprimento do cronograma de entregas.

A etapa inicial consiste em realizar um planejamento técnico da arquitetura da rede com a participação dos fornecedores de equipamentos vencedores.

Paralelamente, estão sendo definidos os cronogramas detalhados para cada Ponto de Presença (POPs) da backbone e nas respectivas cidades a serem abordadas, as principais estratégias para garantir o atendimento, definir os processos prioritários e avaliar as contratações complementares, além de vistorias técnicas realizadas em campo, para levantamento das informações necessárias à elaboração do Projeto Executivo de cada POP ou localidade.

Integração com outras redes

Conjuntamente, as áreas técnica e comercial da TELEBRÁS buscam a integração da Rede Nacional com outras redes existentes e/ou futuras de propriedade dos Governos Distrital, Estaduais e Municipais ou pertencentes ao setor privado. O objetivo principal é proporcionar a conexão e/ou compartilhamento de infraestruturas, visando ampliar a abrangência (capilarização) da Rede Nacional, tendo como foco a otimização dos recursos. Esta integração será formalizada por meio de acordos, convênios e contratos.

Nesse sentido, em 08/10/2010, foi realizada reunião com a ABEP - Associação Brasileira das Empresas de Processamento

de Dados Estaduais, na qual participaram o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital - CGPID e a TELEBRÁS. Na ocasião foi assinado o Protocolo de Intenção celebrado entre a ABEP e a TELEBRÁS, onde foi definido que seriam elaborados Termos de Cooperação Técnica entre as empresas de processamento de dados dos Estados e a TELEBRÁS, para formalizar a confidencialidade na troca de informações e definir os trabalhos a serem desenvolvidos.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Iniciou-se em 2010 a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da TELEBRÁS, que servirá de instrumento para diagnosticar, planejar e gerir os recursos e processos de tecnologia da informação, para atender às necessidades de informação, num período.

Termo de Cooperação entre MPOG e TELEBRÁS

No dia 4/10/2010, a TELEBRÁS assinou um Termo de Cooperação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que visa o apoio técnico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) à TELEBRÁS, para a implementação da rede privativa de comunicação da Administração Pública Federal. Em contrapartida, a TELEBRÁS fornecerá à SLTI a infraestrutura, para a hospedagem de até 10 sistemas de apoio administrativo.

Processo de reestruturação tecnológica da TELEBRÁS

Para garantir a execução das novas atribuições da TELEBRÁS foi necessário realizar a reestruturação tecnológica da Empresa durante o ano de 2010, compreendendo ações como a aquisição de vários equipamentos de computação, central telefônica IP com aparelhos telefônicos, servidores de rede, racks, tape library com software de backup, nobreak com banco de baterias, solução de armazenamento de dados, incluindo switch SAN (Storage), firewalls, switches core, switches de borda, além da contratação de serviços de Conexão à Infovia Brasília (serviço de Internet) e outsourcing de impressão, o que totalizou investimentos de R\$ 3,9 milhões.

9 - ADMINISTRAÇÃO

Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003 - Auditoria Externa

Com relação aos termos da Instrução CVM 381/03, a TELEBRÁS esclarece que, no exercício de 2010, a UHY Moreira Auditores somente prestou serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis.

Administração geral

Por fim, cabe registrar o reconhecimento de que os resultados alcançados são produto do esforço e da dedicação de tantos quantos contribuíram e vêm contribuindo para que a TELEBRÁS cumpra suas obrigações legais, em especial aquelas relacionadas com a implantação e operacionalização do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

Assim, os agradecimentos da Administração são dirigidos aos acionistas, ao Governo Federal, ao Ministério das Comunicações, aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao quadro funcional e demais colaboradores.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2010	2009	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	2010	2009
CIRCULANTE							
Disponibilidades	4	280.178	278.616	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	10	7.435	5.386
Tributos a Recuperar	5	21.352	5.672	Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	12.651	38.401
Depósitos Judiciais	7	11.300	7.081	Provisão para Contingências	12	32.698	14.458
Outros Ativos Realizáveis	8	8.145	8.662	Outras Obrigações	15	40.276	35.097
		320.975	300.031			93.060	93.342
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Tributos a Recuperar	5	117.427	126.697	Provisão para Contingências	12	255.469	232.217
Depósitos Judiciais	7	4.806	6.158	Credores por Perdas Judiciais	14	120.982	117.038
		122.233	132.855			376.451	349.255
IMOBILIZADO							
	9	3.951	191				
		126.184	133.046				
TOTAL DO ATIVO		447.159	433.077	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		447.159	433.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Receitas Operacionais			
Recuperação de Contingências - PISP	11	27.237	181
Dividendos/JCP e outras	18	160	181
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	18	(36.640)	(18.422)
Provisão para Contingências	12	(16.107)	(6.415)
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	(17.382)	(8.065)
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.005)	(2.451)
Perdas com Ações Judiciais	18	(81)	(38)
		(65)	(1.453)
Prejuízo Antes do Resultado Financeiro		(9.403)	(18.241)
Resultado Financeiro		(3.659)	(297)
Receitas Financeiras	18	31.830	31.757
Despesas Financeiras	18	(35.489)	(32.054)
Resultado antes dos Tributos		(13.062)	(18.538)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	06	(799)	(2.052)
Prejuízo do Exercício		(13.861)	(20.590)
Quantidade de ações em circulação (mil)		1.096.969,763	1.096.969,763
Prejuízo por mil ações (em reais)		(0,013)	(0,019)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldo em 31/12/2008	219.455	(414.704)	(111)	(800)	200.000	3.840
Prejuízo do Exercício	-	(20.590)	-	-	-	(20.590)
Ajuste de Valores Mobiliários	-	-	-	471	-	471
Recursos para Aumento de Capital	200.000	-	-	-	(193.241)	6.759
Saldo em 31/12/2009	419.455	(435.294)	(111)	(329)	6.759	(9.520)
Prejuízo do Exercício	-	(13.861)	-	-	-	(13.861)
Ajuste de Valores Mobiliários	-	-	-	368	-	368
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	661	661
Saldo em 31/12/2010	419.455	(449.155)	(111)	39	7.420	(22.352)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC – Método Direto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2009
Atividades operacionais		
Juros recebidos sobre aplicação financeira (líquidos de retenção de IRRF e IOF)	20.830	20.838
Pagamento de pessoal, encargos e benefícios sociais	(7.735)	(1.547)
Pagamento por indenização de serviços prestados – PISP	(1.678)	(761)
Pagamento a fornecedores de materiais e serviços (incluem despesas diretas via caixa)	(4.316)	(4.277)
Pagamento de depósitos judiciais	(6.285)	(4.910)
Pagamento de outras garantias RFB/PGFN	(15.235)	-
Recuperação de depósitos judiciais	4.227	4.402
Pagamento de conting. judiciais	(3.568)	(4.290)
Pagamento a pessoa jurídica por conta de acordo judicial – principal e variação monetária	-	(12.784)
Pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1.011)	(1.503)
Pagamento de Contribuição Social	(410)	(510)
Pagamento de diversos impostos, taxas e contribuições	(81)	(38)
Pagamento/Recuperação de adiantamentos a órgãos do Governo Federal	1.166	(20)
Pagamento de outros dispêndios	(1.297)	(521)
Recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros	148	182
Recuperação de tributos da Secretaria da Rec. Federal do Brasil – principal e juros SELIC	19.611	4.435
Retenção/Pagamento de tributos por conta de terceiros (líquido)	(3)	3
Outras Recuperações (líquidos de adiantamentos)	11	37
Caixa líquido das atividades operacionais	4.374	(1.264)
Atividades de investimentos		
Pagamento da compra de imobilizado	(2.812)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.812)	-
Atividades de financiamentos		
Recebimento de recursos capitalizáveis	-	3.042
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	3.042
Aumento no caixa e equivalentes a caixa	1.562	1.778
Saldo inicial	278.616	276.838
Saldo final	280.178	278.616
Variação líquida da disponibilidade nos finais dos exercícios	1.562	1.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado – DVA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2010	2009
1. RECEITAS			
Recuperação de Contingências - PISP	11	27.089	-
Outras Despesas Recuperadas	18.1	12	-
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais diversos	18.2	(4.991)	(4.401)
Energia e serviços de terceiros	18.2	(94)	(42)
Outros	18.2	(4.896)	(4.227)
		(1)	(132)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2)			
		22.098	(4.401)
4. RETENÇÕES			
Contingências judiciais (Nota 12.1b)	18.3	(17.448)	(9.518)
Depreciação	18.2	(117)	(56)
Amortização	18.2	(6)	(5)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3+4)			
		4.527	(13.980)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18.1	148	181
Receitas financeiras	18.4	31.830	31.757
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)			
		36.505	17.958
Distribuição do valor adicionado			
8. REMUNERAÇÃO PLO TRABALHO			
Honorários, salários e adicionais	18.2	5.034	1.039
Encargos e benefícios sociais	18.2	3.252	395
Saúde, Alimentação, Vale Transporte, Auxílio Creche e Material Farmacêutico	18.2	410	42
FGTS	18.2	553	71
Plano de aposentadoria e pensão – SISTEL	18.2	108	9
Programa de indenização por serviços prestados – PISP	11	3.005	2.451
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES – GOVERNO FEDERAL E DISTRITAL			
Contribuição Social – Federal	6	218	549
Imposto de Renda – Federal	6	581	1.503
Outros – Federal		53	15
IPTU e Outros – Distrital		28	23
10. ALUGUÉIS DE IMÓVEIS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS			
	18.2	1.362	397
11. DESPESAS FINANCEIRAS			
	18.4	35.489	32.054
12. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
		(13.861)	(20.590)
13. VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (8+9+10+11+12)			
		36.505	17.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS é uma sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, tendo sido constituída e iniciada suas operações em 09/11/1972 nos termos da autorização contida na Lei nº. 5.792, de 11/07/1972. Foi controladora de 54 empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, sendo 27 empresas de telefonia fixa, 26 empresas de telefonia celular e uma empresa de telefonia de longa distância, até a sua cisão parcial, em 22/05/1998.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 22/05/1998, foi aprovada a cisão parcial da TELEBRÁS, resultando na constituição de 12 (doze) novas empresas controladoras, que foram privatizadas em 29/07/1998, permanecendo não mais com a função de controladora do Sistema TELEBRÁS.

Em decorrência dessa cisão, ocorrida em 22/05/1998 (data-base de 28/02/1998), a TELEBRÁS deixou de possuir ativos operacionais geradores de receita, mantendo-se, a partir de então, basicamente por meio de receitas obtidas em aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, a União detinha diretamente 89,88% das ações ordinárias com direito a voto e 72,67% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 74,58% do capital.

Na Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada no dia 03/08/2010, foi aprovada a reforma do Estatuto Social, para efetuar a reestruturação organizacional da Empresa, em cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa Nacional

de Banda Larga – PNBL, instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010.

Atualmente a Empresa, em fase de reestruturação organizacional, exerce todas as atividades institucionais como ente integrante da Administração Pública Federal; responde pelo seu contencioso judicial, mantendo em seu quadro funcional empregados cedidos com ônus para a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Presidência da República, Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério dos Transportes. Cumpre, ainda, com todas as obrigações perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 31/12/2010 foi publicado nos jornais o Correio Braziliense, Valor Econômico, Diário Oficial da União – DOU e Folha de São Paulo, FATO RELEVANTE de Abertura de Crédito Extraordinário da ordem de R\$ 300 (trezentos milhões de reais) destinados à Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, para futura capitalização pelo acionista majoritário, a UNIÃO.

Na 91ª Assembléia Geral Extraordinária da TELEBRÁS foi aprovado o grupamento de ações, na proporcionalidade de 10.000 (dez mil) para 1 (uma) ação da respectiva espécie, com as finalidades de: (1) ajustar o valor unitário de cotação das ações a um patamar mais adequado do ponto de vista mercadológico, uma vez que a cotação unitária confere maior visibilidade em relação à cotação por lote de 10.000 (dez mil) ações; (2) reduzir custos operacionais para a Companhia e seus Acionistas; (3) aumentar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações aos acionistas; (4) alinhar o valor por ação da Companhia aos parâmetros negociados em bolsas de valores no Brasil (5) Atender iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

continua →

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da Telebrás passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critério de Elaboração

As demonstrações contábeis examinada por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, Os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2010 e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, no que couber, as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, saldo do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

d. Ativos realizáveis - Créditos

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

f. Imobilizado

O imobilizado, constituído apenas por itens de uso administrativo, está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição e levando em consideração o Princípio da Materialidade, para os itens adquiridos nos exercícios anteriores.

Somente a partir de 2011, será contratada consultoria especializada para sua avaliação. Vide Nota Explicativa nº 9.

g. Provisões e obrigações trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

h. Provisões para contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

i. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

k. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

l. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

m. Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações

O prejuízo e o VPA por mil ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 886.939.766 mil (líquida de 19.366 mil ações em tesouraria) ações ordinárias e 210.029.997 mil ações preferenciais, totalizando 1.096.969.763 mil ações em 31/12/2010 e 31/12/2009.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, constituída para o programa de desligamento de pessoal denominado "Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)" e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências e, trimestralmente, as demais provisões.

4. DISPONIBILIDADES

	2010	2009	Varição
	A	B	A-B
Contas bancárias	492	92	400
Aplicações FRF - Curto prazo - BB - Extramercado	279.686	278.524	1.162
Total	280.178	278.616	1.562

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC – Método Direto - Conciliação

	2010	2009
	A	B
1. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	4.374	(1.264)
2. Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.812)	-
3. Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	-	3.042
4. Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.562	1.778
5. Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	278.616	278.838
6. Saldo Final de Caixa e Equivalentes	280.178	278.616
7. Variação líquida da disponibilidade nos finais dos exercícios	1.562	1.778

8. Conciliação do Resultado Líquido com o Caixa Líquido das Atividades Operacionais

	2010	2009
Prejuízo do exercício	(13.861)	(20.590)

9. Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

	2010	2009
Depreciação e amortização – (Nota 18.2)	123	61
Provisão p/ conting. judiciais e enc. financeiros - (Notas 12.1.b e 18.4)	26.565	22.910
Tributos a recuperar – juros SELIC – (Nota 18.4)	(4.903)	(4.903)
Depósitos judiciais - rendimentos financeiros – (Nota 18.4)	(290)	(362)
Provisão para credores judiciais – encargos financeiros – (Nota 18.4)	3.944	3.982
Recursos capitalizáveis – encargos financeiros – (Nota 18.4)	661	3.718

10. Redução (aumento) dos ativos operacionais – circulante (c) e não circulante (nc)

	2010	2009
Impostos a recuperar - tributos federais - c	(15.680)	(2.854)
Depósitos judiciais – c	(4.219)	(1.689)
Impostos a recuperar - tributos federais - nc	14.172	2.013
Depósitos judiciais – nc	1.643	793
Outros ativos circulantes	885	7

11. Aumento (redução) dos passivos operacionais – circulante (c) e não circulante (nc)

	2010	2009
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas – c	18.240	4.781
PISP e Acordo Coletivo - c	(24.906)	1.690
Outros credores – cisão parcial – c	3.259	3.036
Credores perdas judiciais – c	-	(12.182)
Contribuição Social e Imposto de Renda – c	(39)	39
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas – nc	(3.314)	(1.752)
Outros passivos circulantes	2.094	38

12. Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais

	2010	2009
Total	4.374	(1.264)

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta "tributos a recuperar" foi a seguinte:

Contas	Saldo 2009	Adições Principal	Juros SELIC	Compensação Débitos	Saldo 2010
IRRF sobre aplicação financeira e saldo negativo de Imposto de Renda	94.611	5.638	3.753	(4.151)	99.851
IRRF sobre Juros Capital Próprio – JCP	34.369	15.237	1.093	(15.235)	35.464
Outros (Imposto sobre Lucro Líquido e IRRF sobre remessa para o exterior)	2.582	11	84	-	2.677
Contribuição Social	807	152	52	(224)	787
Total	132.369	21.038	4.982	(19.610)	138.779
Circulante	5.672				21.352
Longo prazo	126.697				117.427

No exercício de 2010, a Empresa efetuou a compensação de R\$ 19.610 (R\$ 4.435 em 2009) com débitos tributários relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica e de débito de IRRF reclamado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB – PGFN, no processo judicial nº 200334000405974, no valor de R\$ 15.235, em tramitação na Justiça Federal-DF.

Apesar da compensação relativa ao processo acima citado, a TELEBRÁS pleiteia o mesmo valor, no processo judicial de nº 200234000366948 de Ação Anulatória que está também em tramitação na Justiça Federal – DF, para extinção do possível débito.

Do total dos créditos tributários em 31/12/2010, R\$ 120.982 (R\$ 117.038 em 31/12/2009) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., por força de decisão judicial e do que consta em Termo de Transação e Outras Avenças. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 14.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social de 2010 e 2009 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(13.062)	(13.062)	(18.538)	(18.538)
Adições permanentes	228	228	73	73
Exclusões permanentes	(137)	(137)	(134)	(134)
Subtotal	(12.971)	(12.971)	(18.599)	(18.599)
Diferenças temporárias	16.429	16.429	27.323	27.323
Adições temporárias:	49.513	49.513	31.727	31.727
Provisão contingências e encargos	44.995	44.995	28.776	28.776
Provisão fornecedores	332	332	35	35
Provisão PISP	3.005	3.005	2.451	2.451
V.M. dep. judiciais	1.008	1.008	458	458
Outras adições temporárias	173	173	7	7
Exclusões temporárias:	(33.084)	(33.084)	(4.404)	(4.404)
Provisão fornecedores	(10)	(10)	(45)	(45)
Provisão para contingências	(3.503)	(3.503)	(2.837)	(2.837)
Provisão PISP	(1.678)	(1.678)	(761)	(761)
VM – Depósito Judiciais e outras	(809)	(809)	(750)	(750)
Despesas recuperadas - PISP	(27.077)	(27.077)		
Outras exclusões temporárias	(7)	(7)	(11)	(11)
Base de Cálculo	3.458	3.458	8.724	8.724
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(1.037)	(1.037)	(2.617)	(2.617)
Resultado tributável	2.421	2.421	6.107	6.107
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(581)	(218)	(1.503)	(549)

b. Créditos fiscais diferidos e não registrados

Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

Natureza	2010		Contribuição social	
	Imposto de renda Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	288.167	72.042	288.167	25.935
Provisão para programa desligamento de pessoal	12.651	3.163	12.651	1.139
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	6.163	1.541	6.163	555
Prejuízo fiscal/base negativa	234.121	58.530	234.580	21.112
Total	541.102	135.276	541.561	48.741

Natureza	2009		Contribuição social	
	Imposto de renda Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	246.675	61.669	246.675	22.201
Provisão para programa desligamento de pessoal	38.401	9.600	38.401	3.456
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.870	1.468	5.870	528
Prejuízo fiscal/base negativa	235.158	58.789	235.617	21.206
Total	526.104	131.526	526.563	47.391

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a imposto de renda e da base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da contribuição social, em cada período-base.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas

Natureza	Vinculados		Não vinculados		2010	2009
	A	B	A+B			
Cível	7.646	440	8.086	5.513		
Trabalhista	6.652	148	6.800	5.701		
Tributária	274	946	1.220	2.025		
Total	14.572	1.534	16.106	13.239		
Circulante	10.815	485	11.300	7.081		
Não Circulante	3.757	1.049	4.806	6.158		

Vide Nota Explicativa nº 12.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou autora.

8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS – CIRCULANTE

	2010	2009
Pessoal cedido a recuperar – ANATEL	3.491	4.579
Pessoal cedido a recuperar – Órgãos Governamentais	1.232	1.221
Ações destinadas à venda	2.789	2.421
Adiantamento a empregados	194	10
Aplicações FRF - Curto prazo - BB - Extramercado	377	377
Outros	62	54
Total	8.145	8.662

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Estão inclusos valores referentes às provisões de férias, 13º salário e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente.

O saldo referente às ações destinadas à venda corresponde a ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado e disponíveis para negociação.

9. IMOBILIZADO

9.1 Imobilizado

Natureza do imobilizado	Taxa Anual de Depreciação/ Amortização %	Custos	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido
				2010
Instalações prediais	10	544	(13)	531
Mobiliário	10	1.384	(34)	1.350
Equipamentos de computação	20	853	(177)	676
Outros equipamentos comuns	10	17	(4)	13
Sistemas de aplicativos	20	342	(16)	326
Estoque de imobilizado	-	1.055	=	1.055
Total		4.195	(244)	3.951

9.2 Intangível

Com o objetivo de adequar à legislação vigente, o valor de R\$ 16 registrado no intangível em 2009 foi transferido para o imobilizado, na rubrica sistemas aplicativos. No balanço de 2010 o valor está alinhado ao ativo imobilizado, para fins de comparabilidade.

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	2010	2009
Salários e honorários a pagar	770	1.265
Contribuições a recolher – parte empregados	1.140	586
Encargos sociais		

12 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/12/2010, a TELEBRÁS é ré em 1.374 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (1.189 em 31/12/2009), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		2010	2009
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	122	154
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	509	341
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	743	694
	Total	1.374	1.189

12.1. Contingências de perda provável (provisionadas)

a. Contingências líquidas de depósitos judiciais

Natureza	2010				
	Quantidade de Ações	Provisões	Depósitos Judiciais		Líquido
			A	B	
Cível	40	261.860	7.646	254.214	
Trabalhista	80	10.798	6.652	4.146	
Tributária	2	15.509	274	(*)15.235	
Total	122	288.167	14.572	273.595	
Circulante		32.698	10.815	21.883	
Não Circulante		255.469	3.757	251.712	

(*) O líquido na Natureza Tributária, no valor de R\$ 15.235, está citado na Nota Explicativa nº 5.

Natureza	2009				
	Quantidade de Ações	Provisões	Depósitos Judiciais		Líquido
			A	B	
Cível	36	234.466	5.102	229.364	
Trabalhista	116	11.065	5.338	5.727	
Tributária	2	1.144	1.144	-	
Total	154	246.675	11.584	235.091	
Circulante		14.458	6.916	7.542	
Não Circulante		232.217	4.668	227.549	

b. Classe das Ações Judiciais

Classe das Ações	Quantidade		Provisões		Depósitos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Cíveis								
Ilegalidade na transferência/venda de ações fraude	9	9	5.844	2.227	3.617	5.039		
Pleito de dividendos sobre o capital da TELEBRÁS corrigidos - AGO'S (1990/1991 e 1994/1995)	7	8	246.932	3.102	243.830	217.590		
Pleito de diferença de ações decorrentes da conversão de debêntures	1	1	5.588	-	5.588	4.958		
Pleito de indenização por danos morais e materiais	1	1	1.850	1.711	139	32		
Outros	22	17	1.646	606	1.040	1.745		
Total	40	36	261.860	7.646	254.214	229.364		
Trabalhistas								
Pleito de pagamento de expurgo inflacionário do cálculo de multa de 40% - saldo do FGTS	60	91	3.651	2.281	1.370	2.715		
Pleito de incorporação de gratificação de função - PISP	1	1	543	-	543	485		
Pleito de readmissão de pessoal de mão-de-obra contratada - MOC	1	1	1.251	1.169	82	23		
Pleito de reconhecimento de vínculo empregatício do pessoal de mão-de-obra contratada - MOC	1	1	1.316	126	1.190	1.059		
Anulação de transferência para operadoras - PISP e verbas rescisórias	1	1	2.066	2.042	24	42		
Outros	16	21	1.971	1.034	937	1.403		
Total	80	116	10.798	6.652	4.146	5.727		
Tributárias								
Cobranças de tributos SRFB - INSS	2	2	15.509	274	(*)15.235	-		
Total	2	2	15.509	274	15.235	-		
Total Geral	122	154	288.167	14.572	273.595	235.091		
Circulante			32.698	10.815	21.883	7.542		
Não Circulante			255.469	3.757	251.712	227.549		

(*) O líquido na Natureza Tributária, no valor de R\$ 15.235, está citado na Nota Explicativa nº 5.

c. Movimentação das provisões para contingências

Saldo em 31/12/2008									
Adições Líquidas - Despesas - Circulante									220.736
Adições Líquidas - Despesas - Não Circulante									4.713
Baixas									3.352
Atualização - Encargos Financeiros									(2.837)
Saldo em 31/12/2009									20.711
Adições Líquidas - Despesas - Circulante									246.675
Adições Líquidas - Despesas - Não Circulante									16.508
Baixas									874
Atualizações - Encargos Financeiros									(3.503)
Saldo em 31/12/2010									27.613
Circulante									288.167
Não Circulante									32.698
Total									255.469

d. Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências

Saldo em 31/12/2008									
Adições Líquidas									8.861
Baixas - provisões para contingências									6.243
Baixas - despesas para perdas judiciais									(2.837)
Atualização - Encargos Financeiros									(1.296)
Saldo em 31/12/2009									613
Adições Líquidas									11.584
Baixas - provisões para contingências									5.193
Baixas - despesas para perdas judiciais									(2.920)
Atualização - Encargos Financeiros									(27)
Saldo em 31/12/2010									742
Circulante									10.815
Não Circulante									3.757

12.2. Contingências de risco possível (não provisionadas)

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	2010	2009	2010	2009
Cível	482	286	11.714	11.079
Trabalhista	24	51	1.479	2.762
Tributária	3	4	931	15.910
Total	509	341	14.124	29.751

Classe das Ações Judiciais

Classe das Ações	Quantidade		Valor	
	2010	2009	2010	2009
Cíveis				
Reconhecimento de direito autoral	2	2	248	232
Declaração de responsabilidade - PCT's	6	6	253	274
Declaração de inexecução contratual com efeito indenizatório	2	3	429	406
Anulação de multa contratual	1	1	5.166	4.852
Declaração de nulidade em licitação pública	3	2	243	244
Declaração de nulidade de edição de lista telefônica	1	1	203	191
Declaração de nulidade de aumento de capital - auto-financiamento	1	1	-	180
Diferença entre quantidade de ações da TELEBRÁS e operadoras do ex-Sistema TB	436	228	3.172	2.714
Indenização por danos morais e materiais	4	4	1.349	1.267
Outras	27	38	651	719
Total	482	286	11.714	11.079
Trabalhistas				
Pagamento de hora extra/reflexo verbas rescisórias	1	1	371	348
Equiparação salarial/periculosidade	2	3	374	413
Verbas rescisórias diversas	2	4	318	299
Outras	19	43	416	1.702
Total	24	51	1.479	2.762
Tributárias				
Cobrança de tributos - SRFB	3	4	931	15.910
Total	3	4	931	15.910
Total Geral	509	341	14.124	29.751

13 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 7.420 em 31/12/2010 (R\$ 6.759 em 31/12/2009) corresponde a saldo de aporte da União para a subscrição e integralização de capital decorrente do exercício do direito de preferência pelos acionistas minoritários quando do aumento de capital da TELEBRÁS ocorrido em 19/02/2010, corrigido monetariamente. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO.

O saldo de R\$ 6.759 em 31/12/2009 corrigido monetariamente foi transferido do passivo não circulante para o Patrimônio Líquido e, para fins de comparabilidade, a posição do exercício de 2009 foi alinhada também no Patrimônio Líquido.

Em função do que consta no Anexo I da Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010, a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$300 milhões, destinado à TELEBRÁS, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, e futura capitalização, cujo valor será incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011.

14 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

Trata-se de obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, decorrente de sentença judicial, firmado com a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

Conforme previsto no referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação (R\$ 120.982 em 31/12/2010 e R\$ 117.038 em 31/12/2009), refere-se a saldo de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES - PASSIVO CIRCULANTE

	2010	2009
Empresas de telecomunicações - cisão - 1998*	38.073	34.813
Fornecedores de materiais e serviços	1.834	101
Contribuição Social	-	39
Outras obrigações	369	144
Total	40.276	35.097

* Refere-se a valores recebidos por conta de empresas de telecomunicações pendentes de acertos contábeis, que prescindem de parecer jurídico, após a conclusão de estudos em andamento.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31/12/2010, o capital social no valor R\$ 419.455 (R\$ 419.455 em 31/12/2009), subscrito e integralizado, compõe-se de 1.096.989.129 mil (1.096.989.129 mil em 31/12/2009) ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	2010	2009
Capital total em ações		
Ordinárias - milhares	886.959.132	886.959.132
Preferenciais - milhares	210.029.997	210.029.997
Total	1.096.989.129	1.096.989.129
Ações em tesouraria		
Ordinárias - milhares	19.366	19.366
Total	19.366	19.366
Ações em circulação		
Ordinárias - milhares	886.939.766	886.939.766
Preferenciais - milhares	210.029.997	210.029.997
Total	1.096.969.763	1.096.969.763
Valor Patrimonial por mil ações em circulação	(0,027)	(0,010)

Visando dar maior visibilidade e atratividade às ações da TELEBRÁS, em 31/12/2010, foi aprovada pela 91ª Assembleia Geral Extraordinária o grupamento de ações na proporcionalidade de 10.000 (dez mil) para 1 (uma) ação. A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da TELEBRÁS serão negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária.

A composição da quantidade de ações, a partir do grupamento, será a seguinte:

	2011
Capital total em ações	
Ordinárias	88.695.913
Preferenciais	21.002.999
Total	109.698.912
Ações em tesouraria	
Ordinárias	1.936
Total	1.936
Ações em circulação	
Ordinárias	88.693.977
Preferenciais	21.002.999
Total	109.696.976

b. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Empresa e a permanência dos prejuízos acumulados até então, não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao ajuste de avaliação patrimonial corresponde a ganhos por ajuste ao valor de mercado de ações destinadas a venda. Vide também Notas Explicativas nsº 8 e 17.

d. Ações em Tesouraria

O valor das ações em tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS, ocorrida em 22/05/1998.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa não possui operações com derivativos.

Como instrumentos financeiros, a Empresa possui aplicações financeiras de liquidez imediata (R\$ 279.686 em 31/12/2010 e R\$ 278.524 em 31/12/2009), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui equivalentes a caixa (R\$ 492 em 31/12/2010 e R\$ 92 em 31/12/2009). Vide Nota Explicativa nº 4.

Possui aplicações financeiras bloqueadas no Banco do Brasil, para garantia de aluguel (R\$ 377 em 31/12/2010 e 31/12/2009), cujos rendimentos são creditados pelo banco na mesma aplicação financeira de liquidez imediata.

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado corresponde às ações destinadas à venda (R\$ 2.788 em 31/12/2010 e R\$ 2.421 em 31/12/2009), as quais estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, conforme movimentação abaixo:

Movimentação das Ações destinadas à venda - Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Saldo em 31/12/2009		2.421
Ganhos por ajuste ao valor de mercado - (AVP)		368
Saldo em 31/12/2010		2.789

18 COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

18.1 Outras

• **PBS – TELEBRÁS**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRÁS, não mais havendo a solidariedade entre as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRÁS, contemplando a distribuição do superavit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRÁS passa a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superavit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRÁS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRÁS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

• **PAMA**

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios. Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições das patrocinadoras à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS-TELEBRÁS.

• **TELEBRÁSPREV**

É um plano misto de previdência complementar implantando no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, em 3/12/2002, na modalidade de contribuição definida para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRÁS; não está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

Em 31/12/2009 e 2010 os planos apresentavam as seguintes posições contábeis:

• **PBS - TELEBRÁS e PBS - A**

	PBS - TELEBRÁS		PBS-A	
	2010	2009	2010	2009
Provisões matemáticas e fundos	238.225	209.501	7.655.619	5.475.253
Outros exigíveis	4.576	24.464	143.304	430.505
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	242.801	233.965	7.798.923	5.905.758
(-) Total dos ativos dos planos	297.411	280.779	9.314.658	8.205.475
(=) Superavit acumulado	54.610	46.814	1.515.735	2.299.717

A partir do fato gerador de janeiro de 2009, não mais houve recolhimentos da parcela patronal em favor dos referidos planos, tendo em vista sua suspensão conforme explicações retro mencionadas.

• **PAMA**

	2010		2009	
Fundo assistência financeira			609.362	607.362
Outros exigíveis			27.670	26.376
Total dos fundos e outros exigíveis			637.291	633.738
Total dos ativos do plano			637.291	633.738

Durante o exercício de 2010, a Empresa efetuou contribuições ao PAMA no montante de R\$ 33 (R\$ 36 em 2009).

• **TELEBRÁSPREV**

	2010		2009	
Provisões matemáticas e fundos			504.975	344.194
Outros exigíveis			346	115.495
Total das provisões/fundos e outros exigíveis			505.321	459.689
(-)Total do ativo do plano			509.979	466.120
(=) Superavit acumulado			4.658	6.431

Durante o exercício de 2010, a Empresa efetuou contribuições ao TELEBRÁSPREV no montante de R\$ 428 (R\$ 466 em 2009).

b. **Deliberação CVM 600/2009 - Contabilização de Planos de Benefícios a Empregados**

Atendendo ao que dispõe a Deliberação CVM nº 600/2009, divulgamos a seguir as informações sobre os planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela TELEBRÁS.

• **PBS-A**

	PBS-A Telebrás		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Reconciliação do valor das obrigações atuariais			
Valor das obrigações no início do ano	311.152	278.920	-
Juros sobre obrigações atuariais	32.849	33.264	-
(Ganho)/perda atuarial	29.625	29.303	-
Benefícios pagos no ano	(30.855)	(30.335)	-
Entrada/(Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	278.920
Valor das obrigações calculadas no final do ano	342.771	311.152	278.920

	2010			2009		
Reconciliação do valor justo dos ativos						
Valor justo dos ativos no início do ano	534.808	489.538	-			
Rendimentos esperados no ano	49.100	53.747	-			
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(22.206)	21.858	-			
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(30.855)	(30.335)	-			
Impacto decorrente de aquisições/alienações	-	-	489.538			
Valor justo dos ativos no final do ano	530.847	534.808	489.538			

	2010			2009		
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço						
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	342.771	311.152	278.920			
Valor justo dos ativos do plano	530.847	534.808	489.538			
Deficit/(Superavit) para planos cobertos	(188.076)	(223.656)	(210.618)			
Efeito do limite do parágrafo 58(b) incluindo as recomendações do IFRIC 14	188.076	223.656	210.618			
Passivo/(Ativo) líquido	-	-	-			

	2010			2009		
Componentes da despesa (receita) do plano						
<i>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</i>						
Juros sobre obrigações atuariais	32.849	33.264	-			
Rendimentos esperados dos ativos dos planos	(49.100)	(53.746)	-			
Total das despesas (receita) a ser reconhecida	(16.251)	(20.482)	-			
<i>Rendimentos efetivos dos ativos</i>						
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	26.894	75.605	-			
<i>Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)</i>						
Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidos	51.831	7.444	-			
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(35.580)	13.038	210.618			
Custo total reconhecido no OCI	16.251	20.482	210.618			
<i>Valor acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos</i>	59.276	7.444	-			
<i>Política para amortização dos ganhos/perdas) atuariais - imediato</i>						

	2010			2009		
Principais hipóteses atuariais						
<i>Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação</i>						
Taxa de desconto nominal	10,77%	11,08%	12,55%			
Taxa de aumento nominal do salário	N/A	N/A	N/A			
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,20%	4,50%			
Taxa de aumento nominal do benefício	4,50%	4,20%	4,50%			

	2010			2009		
<i>Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida</i>						
Taxa de desconto nominal	11,08%	12,55%	N/A			
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	9,44%	11,30%	N/A			
Taxa de aumento nominal do salário	N/A	N/A	N/A			
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,20%	4,50%	N/A			
Taxa de aumento nominal do benefício	4,20%	4,50%	N/A			

	2010			2009		
<i>Expectativa de vida média ponderada com base na tabela de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais</i>						
Participante aos 65 anos de idade	19,55	18,63	18,63			
Participante aos 40 anos de idade (expectativa 65 anos)	19,55	18,63	18,63			

	2010			2009		
Ativos do plano						
<i>Percentual de alocação dos ativos</i>						
Renda variável	20,00%	9,00%	18,60%			
Renda fixa	75,00%	75,00%	75,70%			
Imóveis	4,00%	4,00%	5,30%			
Outros	1,00%	12,00%	0,40%			
Total	100,00%	100,00%	100,00%			

	2010			2009		
<i>Retorno esperado por classe dos ativos</i>						
Renda variável	15,69%	14,51%	2,40%			
Renda fixa	10,57%	9,42%	13,80%			
Imóveis	10,77%	11,26%	8,90%			
Outros	10,77%	5,17%	13,80%			
Total	11,60%	9,44%	11,42%			

	2010			2009		
Histórico de ganhos e perdas observados						
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	342.771	311.152	278.920			
Valor justo dos ativos do plano	530.847	534.808	489.538			
Deficit (Superavit) para planos cobertos	(188.076)	(223.656)	(210.618)			
Diferença entre o rendimento esperado e o rendimento efetivo dos ativos do plano:						
Valor	22.206	(21.858)	-			
Percentual dos ativos do plano	4%	(4)%	-			
Ganho (Perdas) observados nas obrigações atuariais						
Valor	9.017	5.707	-			
Percentual das obrigações atuariais	3%	2%	-			

	2010			2009		
Reconciliação do balanço						
Despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício corrente	(16.251)	(20.482)	-			
Montantes reconhecidos no SORIE no exercício corrente	16.251	20.482	210.618			
Entrada/(Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	(210.618)			
Passivo (Ativo) no balanço no final do ano	-	-	-			

	2010			2009		
Resumo dos dados cadastrais						
<i>Aposentados e pensionistas</i>						
Quantitativo	483	468	488			
Benefício médio anual	64	60	58			
Idade média	67,6	66,6	65,6			

Relativamente aos procedimentos a serem observados pela Fundação Sistel de Seguridade Social quanto à distribuição do Superavit registrado no exercício de 2009, referente ao PBS-A, a TELEBRÁS encaminhou expediente ao Diretor do DEST/MP (CT.1000/115/2010, de 15/10/2010), para audiência prévia daquele Departamento, em conformidade com o artigo 2º, inciso VI, do Decreto nº 3.735/2001.

Sobre esses procedimentos, que são alterações do Regulamento do Plano de Benefícios PBS-A, aprovadas pela 139ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, foi realizada, às 15h do dia 31/01/2011, reunião com representantes do mencionado Departamento e a Presidência da TELEBRÁS, oportunidade em que o DEST informou que não aprovaria as alterações propostas para distribuição do Superavit, com a justificativa de que a legislação em vigor, em especial a Resolução CGPC nº 26/2008, é autoaplicativa na espécie.

Conforme consta do Relatório de Avaliação Atuarial das informações fornecidas no âmbito da Sistel, encontra-se sob análise da PREVIC o processo para a utilização do Superavit nos termos da Resolução acima.

No entender da consultoria atuarial, o reconhecimento da devolução do Superavit somente deverá ocorrer após a efetiva aprovação pela PREVIC.

Considerando que o DEST ainda não se manifestou sobre a matéria, a Sistel e a TELEBRÁS ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação desta Empresa, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% (cinquenta por cento) dos valores registrados no balancete/2010 da Sistel, no valor de R\$ 992.660.446,63, destinado a todas as patrocinadoras.

• **PBS - TELEBRÁS**

	PBS - Telebrás		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Reconciliação do valor das obrigações atuariais			
Valor das obrigações no início do ano	74.628	63.117	-
Custo de serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	362	143	-
Juros sobre obrigações atuariais	7.963	7.536	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	12	91	-
Ganho (perda) atuarial	8.002	8.738	-
Benefícios pagos no ano	(5.600)	(4.997)	-
Entrada/(Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	63.117
Valor das obrigações calculadas no final do ano	85.366	74.628	63.117

	2010			2009		
Reconciliação do valor justo dos ativos						
Valor justo dos ativos no início do ano	245.188	237.689	-			
Rendimentos esperados no ano	24.461	33.413	-			
Ganho (perda) atuarial nos ativos do plano	(42.334)	(21.038)	-			
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	-	30	-			
Contribuições de participantes	12	91	-			
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(5.600)	(4.997)	-			
Impacto decorrente de aquisições/alienações	-	-	237.689			
Valor justo dos ativos no final do ano	221.726	245.188	237.689			

	2010			2009		
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço						
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	85.366	74.628	63.117			
Valor justo dos ativos do plano	221.726	245.188	237.689			
Deficit (Superavit) para planos cobertos	(136.360)	(170.560)	(174.572)			

• TELEBRÁSPREV

	TELEBRÁSPREV		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Reconciliação do valor das obrigações atuariais			
Valor das obrigações no início do ano	133.585	136.663	-
Custo de serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	75	85	-
Juros sobre obrigações atuariais	14.270	16.330	-
Ganho (perda) atuarial	21.315	(12.679)	-
Benefícios pagos no ano	(7.872)	(6.814)	-
Entrada (Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	136.663
Valor das obrigações calculadas no final do ano	161.373	133.585	136.663
Reconciliação do valor justo dos ativos			
Valor justo dos ativos no início do ano	293.403	259.559	-
Rendimentos esperados no ano	30.163	37.526	-
Ganho (perda) atuarial nos ativos do plano	(1.076)	3.131	-
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(7.872)	(6.814)	-
Impacto decorrente de aquisições/alienações	-	-	259.559
Valor justo dos ativos no final do ano	314.618	293.402	259.559
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço			
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	161.373	133.585	136.663
Valor justo dos ativos do plano	314.618	293.403	259.559
Deficit (Superavit) para planos cobertos	(153.245)	(159.817)	(122.896)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	153.245	159.817	122.896
Passivo (Ativo) líquido	-	-	-
Valores no balanço			
Ativos	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	-	-	-

Componentes da despesa (receita) do plano

Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício			
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	75	85	-
Juros sobre obrigações atuariais	14.270	16.330	-
Rendimentos esperados dos ativos dos planos	(30.163)	(37.526)	-
Total das (despesas) receita a serem reconhecidas	(15.818)	(21.111)	-
Rendimentos efetivos dos ativos			
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	29.088	40.658	-
Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)			
(Ganhos) e perdas atuariais imediatamente reconhecidos	22.390	(15.810)	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(6.572)	36.921	122.896
Custo total reconhecido no OCI	15.818	21.111	122.896
Valor acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos	6.579	15.810	-
Política para amortização dos ganhos (perdas) atuariais - imediato			

Principais hipóteses atuariais

Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação			
Taxa de desconto nominal	10,77%	11,08%	12,34%
Taxa de aumento nominal do salário	4,50%	4,20%	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,20%	4,50%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,50%	4,20%	4,50%

Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida

Taxa de desconto nominal	11,08%	12,34%	N/A
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	10,45%	14,70%	N/A
Taxa de aumento nominal do salário	4,20%	4,50%	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,20%	4,50%	N/A
Taxa de aumento nominal do benefício	4,20%	4,50%	N/A

Expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais

Participante aos 65 anos de idade	19,55	18,63	18,63
Participante aos 40 anos de idade (expectativa 65 anos)	19,55	18,63	18,63

Ativos do plano

Percentual de alocação dos ativos			
Renda variável	20,00%	20,00%	20,00%
Renda fixa	79,00%	79,00%	79,90%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	1,00%	1,00%	0,10%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Retorno esperado por classe dos ativos

Renda variável	15,69%	14,51%	18,50%
Renda fixa	9,95%	9,42%	13,80%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	10,77%	10,45%	13,80%
Total	11,11%	10,45%	14,74%

Descrição da base de determinação da taxa esperada geral de rendimento dos ativos

Histórico de ganhos e perdas observados

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	161.373	133.585	136.663
Valor justo dos ativos do plano	314.618	293.402	259.559
Deficit (Superavit) para planos cobertos	(153.245)	(159.817)	(122.896)
Diferença entre o rendimento esperado e o rendimento efetivo dos ativos do plano:			
Valor	1.075	(3.132)	-
Percentual dos ativos do plano	0%	(1%)	-
Ganho (Perdas) observados nas obrigações atuariais			
Valor	5.577	(21.157)	-
Percentual das obrigações atuariais	3%	(16%)	-

Reconciliação do balanço

Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício corrente	(15.818)	(21.111)	-
Montantes reconhecidos no SORIE no exercício corrente	15.818	21.111	122.896
Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	-	-	-
Entrada (Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	(122.896)
Passivo (Ativo) no balanço no final do ano	-	-	-

Resumo dos dados cadastrais

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Data das estatísticas			
Participantes Ativos			
Quantitativo	172	182	169
Folha salarial anual	13.549	9.798	10.221
Salário médio anual	79	54	60
Idade média	52,6	51,7	50,9
Tempo médio de serviço	26,3	25,4	24,5
Aposentados e Pensionistas			
Quantitativo	78	70	77
Benefício médio anual	101	93	90
Idade média	60,6	59,6	58,6

• PAMA

PAMA - Telebrás

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Reconciliação do valor das obrigações atuariais			
Valor das obrigações no início do ano	39.542	26.926	-
Custo de serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	64	50	-
Juros sobre obrigações atuariais	4.277	3.187	-
Ganho (perda) atuarial	8.459	10.912	-
Benefícios pagos no ano	(2.231)	(1.533)	-
Entrada (Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	26.926
Valor das obrigações calculadas no final do ano	50.111	39.542	26.926
Reconciliação do valor justo dos ativos			
Valor justo dos ativos no início do ano	14.763	13.421	-
Rendimentos esperados no ano	1.304	1.765	-
Ganho (perda) atuariais nos ativos do plano	1.835	1.087	-
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	21	23	-
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(2.231)	(1.533)	-
Impacto decorrente de aquisição/alienações	-	-	13.421
Valor justo dos ativos no final do ano	15.692	14.763	13.421
Conciliação dos valores reconhecidos no balanço			
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	50.111	39.542	26.926
Valor justo dos ativos do plano	15.692	14.763	13.421
Deficit (Superavit) para planos cobertos	34.419	24.779	13.505
Passivo (Ativo) líquido	34.419	24.779	13.505
Valores no balanço			
Passivos	34.419	24.779	13.505
Passivo (Ativo) líquido	34.419	24.779	13.505

Componentes da despesa(receita) do plano

Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício			
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	64	50	-
Juros sobre obrigações atuariais	4.277	3.187	-
Rendimentos esperados dos ativos dos planos	(1.304)	(1.765)	-
Total das despesas (receita) a ser reconhecida	3.037	1.472	-
Rendimentos efetivos dos ativos			
Rendimentos efetivos dos ativos dos planos	3.138	2.852	-
Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)			
(Ganhos) e perdas atuariais imediatamente reconhecidos	6.624	9.825	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-	-
Custo total reconhecido no OCI	6.624	9.825	-
Valor acumulado de ganhos e perdas atuariais reconhecidos	16.450	9.825	-
Política para amortização dos ganhos (perdas) atuariais - imediato			
Principais hipóteses atuariais			
Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação			
Taxa de desconto nominal	10,77%	11,08%	12,13%
Taxa de aumento nominal do salário	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,20%	4,50%
Taxa de aumento nominal do benefício	N/A	N/A	N/A
Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida			
Taxa de desconto nominal	11,08%	12,13%	N/A
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	9,42%	13,80%	N/A
Taxa de aumento nominal do salário	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,20%	4,50%	N/A
Taxa de aumento nominal do benefício	N/A	N/A	N/A
Expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais			
Participante aos 65 anos de idade	19,55	18,63	18,63
Participante aos 40 anos de idade (expectativa 65 anos)	19,55	18,63	18,63
Ativos do plano			
Percentual de alocação dos ativos			
Renda variável	0,00%	0,00%	0,00%
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
Retorno esperado por classe dos ativos			
Renda variável	0,00%	0,00%	0,00%
Renda fixa	10,67%	9,42%	13,80%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Total	10,67%	9,42%	13,80%
Descrição da base de determinação da taxa esperada geral de rendimento dos ativos			
Histórico de ganhos e perdas observados			
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	50.111	39.542	26.926
Valor justo dos ativos do plano	15.692	14.763	13.421
Deficit (Superavit) para planos cobertos	34.419	24.780	13.505
Diferença entre o rendimento esperado e o rendimento efetivo dos ativos do plano:			
Valor	(1.835)	(1.087)	-
Percentual dos ativos do plano	(12%)	(7%)	-
Ganho (Perdas) observados nas obrigações atuariais			
Valor	3.432	7.762	-
Percentual das obrigações atuariais	7%	20%	-
Divulgações esperadas para planos de saúde pós-empregados			
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos			
Taxa de crescimento inicial	7,64%	7,33%	-
Taxa de crescimento final	7,64%	7,33%	-
Ano no qual a taxa de crescimento final é atingida	2010	2009	-
Sensibilidade em relação a taxa de crescimento nominal dos custos médicos			
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	587	-	-
Efeito no valor presente das obrigações	7.411	-	-
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(526)	-	-
Efeito no valor presente das obrigações	(6.082)	-	-
Reconciliação do balanço			
Passivo (ativo) no balanço no início do ano	24.779	13.505	-
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício corrente	3.037	1.472	-
Montantes reconhecidos no SORIE no exercício corrente	6.624	9.825	-
Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	(21)	(23)	-
Entrada (Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	-	-	13.505
Passivo (ativo) no balanço no final do ano	34.419	24.779	13.505

Resumo dos dados cadastrais

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Data das estatísticas			
Participantes Ativos			
Quantitativo	35	37	37
Idade média	55,7	55,0	54,0
Tempo médio de serviço	30,3	29,3	28,3
Aposentados e Pensionistas			
Quantitativo	513	515	530
Idade média	66,6	65,9	64,7

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus consultores jurídicos e dos consultores jurídicos e atuariais da SISTEL, entende que o compromisso das patrocinadoras do PAMA com a SISTEL é de natureza não atuarial, caracterizando como um Plano de Contribuição Definida, posto que pode ser alterado no nível de cobertura ou até mesmo liquidado, se constatado que o ativo não corresponde à prestação de serviços previstos.

Embora a Empresa esteja suportada por opiniões de seus consultores jurídicos e atuariais, quanto à caracterização do PAMA como um plano de contribuição definida, não existe garantia de que questionamentos judiciais não poderão advir, resultando em eventual contencioso futuro. Assim, a Administração da TELEBRÁS, objetivando ser transparente com os seus acionistas, informa que, caso o PAMA fosse de ser avaliado atuarialmente nos moldes de um plano de benefício definido, considerando a participação proporcional da TELEBRÁS nos ativos e passivos do plano multipatrocinado para 31 de dezembro de 2010, o valor estimado das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano e seu eventual passivo líquido atuarial contingente seria da ordem de R\$ 34.419 (R\$ 24.779 em 2009).

• Despesas (Receitas) previstas para 2011

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV	PAMA
Juros sobre obrigações atuariais	35.258	8.865	16.838	5.286
Rendimento esperado dos ativos	(59.792)	(23.398)	(34.394)	(1.568)
Custo do serviço corrente (com juros)	321	110	24	24
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	(24.534)	(14.212)	(17.447)	3.742

• Resumo das premissas atuariais

Premissas	Reconciliações de 2009 e Despesas para 2010	Reconciliações de 2010 e Despesas para 2011
Método atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Reais (R\$)	Reais (R\$)
Critério para apuração dos Ativos	Patrimônio na data do encerramento do exercício fiscal	Patrimônio na data do encerramento do exercício fiscal
Fator de Capacidade para salários e benefícios	98%	98%
Taxa anual nominal de retorno dos investimentos	(reflete inflação no intervalo de 3,4% a 5,7% a.a.) PBS-A: 9,44% PAMA: 9,42% PBS-Telebrás: 10,09% TelebrásPrev: 10,45%	(reflete inflação no intervalo de 3,4% a 5,7% a.a.) PBS-A: 11,60% PAMA: 10,67% PBS-Telebrás: 10,70% TelebrásPrev: 11,11%
Taxa anual nominal para desconto da obrigação atuarial	11,08% (6,6% real e 4,26% inflação)	10,77% (6% real e 4,5% inflação)
Taxa anual nominal de crescimento salarial	4,2% (0% real e 4,2% de inflação)	4,5%

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
Total do Ativo R\$	447.159 Mil	R\$ 433.077 Mil
Prejuízo R\$	(13.861) Mil	R\$ (20.590) Mil
Prejuízo por lote de mil ações R\$	(0,013)	R\$ (0,019)

ADMINISTRAÇÃO

CEZAR SANTOS ALVAREZ

Presidente do Conselho de Administração

ROGÉRIO SANTANNA DOS SANTOS

Conselheiro de Administração, Presidente da Empresa e Diretor de Relações com Investidores

ANTÔNIO FLÁVIO SALGADO

Conselheiro de Administração

CARLOS ALBERTO AFONSO

Conselheiro de Administração

DEMI GETSCHKO

Conselheiro de Administração

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

Conselheiro de Administração

NELSON AKIO FUJIMOTO

Conselheiro de Administração

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA

Conselheiro de Administração

ANTONIO CARLOS ALFF

Diretor Técnico

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Diretor Comercial

LORENI FRACASSO FORESTI

Diretora de Administração

TÂNIA MARIA TEIXEIRA DE CARVALHO

Gerente Fiscal e de Controle

REGINALDO ALVES MACHADO

Contador CRC-SP 80.775-T-DF

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS ACIONISTAS DA
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
BRASÍLIA - DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafo de Ênfase

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2010, um Capital Circulante Líquido de R\$ 227,9 milhões, satisfatório pelos conceitos de liquidez, todavia, manteve o histórico de prejuízo, apurando no exercício o valor de R\$ 13,8 milhões, passando o patrimônio líquido negativo para R\$ 22,3 milhões, cuja cobertura dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 22, a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$300 milhões, destinado à TELEBRÁS, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, e futura capitalização, cujo valor será incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011, conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, publicado na Edição Extra do DOU de 28/01/2011.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 21 de fevereiro de 2011.

UHY MOREIRA - AUDITORES

CRC RS 3717 S DF

JORGE LUIZ M. CEREJA

Contador CRC RS 43679 S DF

Sócio - Responsável Técnico

ELIANE TÂNIA RESMINI

Contadora CRC RS 59765 S DF

Sócia

JUCLÉIA GONÇALVES RODRIGUES

Contadora CRC RS 78349 S DF

Auditora

LUIZ FERNANDO MELLO TARASIUK

Contador CRC RS 50670 S DF

Auditor

Brasília-DF, 02 de março de 2011.

GUILHERME SEVERIANO DE REZENDE VIEGAS

Presidente do Conselho

RAQUEL CRISTINA FARIA

Conselheira

LAURO ARCÂNGELO ZANOL

Conselheiro

MARIA TEREZA DE ASSIS LOPES

Conselheira

ANTONIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO

Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e nos incisos II e VII do Artigo 53, do Estatuto Social da Empresa, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Com arrimo nos exames efetuados e levando em conta, ainda, o Parecer dos auditores independentes (UHY MOREIRA – AUDITORES), o Conselho Fiscal considera que as citadas demonstrações representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opina no sentido de que as mesmas podem ser encaminhadas para deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.